

Planalto libera R\$ 1,7 bilhão e MP da Esplanada é aprovada

Após série de negociações, puxão de orelhas de Lira no Executivo e liberação de R\$ 1,7 bilhão em emendas parlamentares, Câmara aprova medida provisória que reestrutura a Esplanada. Texto precisa do aval do Senado, hoje, para não caducar

Com injeção de dinheiro, governo salva MP

TAISA MEDEIROS
RAPHAEL FELICE
ANDREA MALCHER
HENRIQUE LESSA

Apesar do sufoco causado pela falta de articulação do governo, a Câmara aprovou, ontem à noite, a medida provisória que reestrutura a Esplanada dos Ministérios (MP 1.154). O texto recebeu aval de 337 deputados — 123 foram contra, e houve uma abstenção.

O dia foi tenso, com várias reuniões de negociações e até a liberação de R\$ 1,7 bilhão em emendas parlamentares. Tudo para conseguir o aval dos deputados à MP que caducará se não for aprovada, ainda hoje, pelo Congresso. Se isso acontecer, voltará a estrutura ministerial do governo Bolsonaro, e 17 ministros perdem os cargos. O texto será apreciado, agora, no Senado.

A movimentação para salvar a MP começou de manhã, numa reunião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com seus auxiliares da coordenação política — como os ministros Rui Costa (Casa Civil) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais), bem como o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA). Após o encontro de emergência, o chefe do Executivo telefonou para Lira, com o objetivo de tratar o tema.

Em outra frente, o governo liberou mais de R\$ 1,7 bilhão em emendas para os parlamentares. O montante significou um recorde neste terceiro mandato de Lula, mas pode não ser suficiente para frear o descontentamento de congressistas com a articulação política do governo.

Em conversa com jornalistas, após participar de uma reunião reservada da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência no Senado, o ministro Rui Costa disse que "a liberação



Após a bronca no governo, Arthur Lira comandou a sessão que aprovou a medida provisória por 337 votos: corrida contra o tempo

Sem diálogo

Deputados afirmam que falta Lula entrar na articulação, pois os atores escalados já não têm mais crédito. O chefe do Executivo é visto como alguém distante do Congresso, que não tem mantido as portas abertas para ouvir os parlamentares. Estaria escutando apenas aliados mais próximos, especialmente os líderes petistas Zeca Dirceu (PP) e José Guimarães (CE).

de recursos para emendas e trocas não é função da Casa Civil". A maior parte das verbas está vinculada a ações do Ministério da Saúde e deve-se direcionar a prefeituras em que parlamentares apresentaram emendas no Orçamento.

Na bronca

Horas depois, Arthur Lira foi enfático ao afirmar que há, sim, uma "insatisfação geral" com a "articulação do governo" e avisou que, se a proposta não fosse aprovada ontem ou nem fosse votada, "a Câmara não deverá ser responsabilizada". "O problema não é na Câmara, não é do Congresso. O

problema está no governo, na falta ou na ausência de articulação. Não tenho mais como empurrar o meu papel em estar conduzindo as matérias do governo, do Estado, de interesse do país. A gente tem dado o nosso máximo", disse Lira em entrevista coletiva. Ele voltou a ressaltar que a "realidade do Congresso não é a mesma", referindo-se ao parlamento encontrado por Lula em seus mandatos anteriores.

O presidente da Casa ainda defendeu o trabalho do relator da matéria, Isnaldo Bulhões (MDB-AL), que, segundo ele, "foi criticado e não foi defendido pelo próprio governo que ajudou a fazer o parecer".

Sobre as hipóteses

ventiladas de que estaria pedindo contrapartidas e ministérios para a votação da matéria, Lira foi incisivo: "Não há adoque, não há pedido, não há novas ações. O que há é uma insatisfação generalizada dos deputados, e talvez dos senadores, que ainda não se posicionaram, com a falta de articulação política do governo, não é de um ou outro ministro".

Lira também comentou o teor da conversa telefônica que teve com Lula. "Eu expliquei para ele as dificuldades que o governo dele tem, e é preciso que a imprensa trate isso com clareza. Nós estamos fazendo um esforço sobre-humano para que essas coisas tramitem", destacou.

Processo contra Lira

RENATO SOUZA

O ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal (STF), liberou para julgamento na Primeira Turma da Corte uma ação contra o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), acusado de corrupção passiva.

O caso deve ser analisado na próxima terça-feira. A devolução do processo ocorre em meio a embates entre Lira e o Planalto em torno de temas que interessam ao governo.

O deputado tem pressionado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para obter mais cargos em ministérios e adiantar a liberação de emendas parlamentares.

O maior embate, até agora, se deu em torno da medida provisória que reestrutura a organização da Esplanada, criando ministérios.

Ação da PGR

A ação que tramita no Supremo foi apresentada pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que acusa Lira de corrupção passiva por, supostamente, ter recebido R\$ 106 mil em propina do então presidente da Companhia Brasileira de Transportes Urbanos (CBTU), Francisco Colombo. O dinheiro foi apreendido no Aeroporto de Congonhas com um assessor do parlamentar. As cédulas estavam escondidas nas roupas dele e seriam enviadas a Brasília.

O julgamento começou em 2020, mas foi interrompido, no ano passado, por um pedido de vista (mais tempo para análise) de Toffoli. O magistrado tinha até 19 de junho para devolver o processo.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Correio Braziliense - Brasília/DF

Seção: Política Pagina: 2